



ESTADO PORTUGUÊS
MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
EXÉRCITO PORTUGUÊS
COMANDO DA LOGÍSTICA
DIREÇÃO DE AQUISIÇÕES

CADERNO DE ENCARGOS

Concurso Público com publicação de anúncio no JOUE n.º A0026/2025

PARTE I

Cláusulas Jurídicas

Artigo 1.º

Objeto

1. O presente procedimento destina-se à **Aquisição de Rações Individuais de Combate**, por lotes, de acordo com as Cláusulas deste Caderno de Encargos;
2. Qualquer referência, nas peças deste procedimento, a fabricantes ou proveniências, determinados processos de fabrico específicos, marcas, patentes ou modelos e a uma dada origem ou produção, deve ser entendida como meramente indicativa, para melhor compreensão do descrito, e admitindo sempre solução equivalente, nos termos da lei.

Artigo 2.º

Local de entrega

O objeto do contrato será entregue no/a **Unidade de Apoio Geral de Material do Exército**, sito em **Estrada do Infantado, 2890-403 Benavente, Portugal**.

Artigo 3.º

Prazo de execução

1. O fornecimento a realizar no âmbito do contrato deverá ser integralmente executado no prazo de **60 dias**, a contar do dia útil seguinte à data do envio do Pedido de Compra emitido pela Direção de Aquisições;
2. Mediante pedido, devidamente fundamentado pelo Adjudicatário, e apenas nas situações em que o prazo de entrega seja superior a 60 dias, pode a Entidade Adjudicante autorizar que os bens sejam entregues de forma faseada pelo Adjudicatário, desde que não seja ultrapassada a data limite prevista no Caderno de Encargos para a entrega da totalidade dos bens;
3. A entrega de bens não conforme e rejeitado não suspende o prazo de entrega.



Artigo 4.º**Fiscalização Prévia**

1. Quando o preço contratual for superior a 750.000€, o contrato está sujeito a fiscalização prévia por parte do Tribunal de Contas, nos termos do n.º 1 do artigo 46.º da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, alterada pela Lei 27-A/2020, publicada no DRE n.º 143, de 24 de julho;
2. Quando o preço contratual for superior a 950.000€, o prazo de execução apenas se inicia após a obtenção de visto ou declaração de conformidade por parte do Tribunal de Contas, em virtude de nos termos do n.º 4 do artigo 45.º da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto, a execução do contrato não se poder iniciar antes daquele momento.

Artigo 5.º**Preço base**

1. O preço base é o preço máximo que a Entidade Adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do presente procedimento;
2. O preço máximo a pagar pela Entidade Adjudicante é de **300.000,00 € (trezentos mil euros)**, s/IVA, sendo o correspondente, por cada lote, o abaixo discriminado, não sendo admitidas propostas cujo valor proposto exceda o preço máximo fixado para o lote respetivo:
 - Lote 1 – 70.500,00 € (setenta mil e quinhentos euros), S/IVA;
 - Lote 2 – 70.500,00 € (setenta mil e quinhentos euros), S/IVA;
 - Lote 3 – 70.500,00 € (setenta mil e quinhentos euros), S/IVA;
 - Lote 4 – 70.500,00 € (setenta mil e quinhentos euros), S/IVA;
 - Lote 5 – 9.000,00 € (nove mil euros), S/IVA;
 - Lote 6 – 9.000,00 € (nove mil euros), S/IVA.
3. Para a determinação do preço base, e nos termos do artigo 35.º-A do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual, foi efetuada uma consulta preliminar ao mercado através da plataforma eletrónica acinGov, constando a informação obtida na sequência da referida consulta preliminar.

Artigo 6.º**Condições de pagamento**

1. O pagamento será efetuado a 30 (trinta) dias, nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 299.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual, após a aceitação definitiva dos bens, prevista no artigo “Aceitação”;
2. Eventuais propostas de adiantamentos estão condicionadas pelo regime previsto no artigo 292.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, na sua redação



atual;

3. Em caso de atrasos no pagamento por parte do contraente público, conforme estipulado no n.º 6 do artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 84/2019 de 28 de junho e no n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 62/2013 de 10 de maio, o Adjudicatário tem direito aos juros de mora sobre o montante em dívida à taxa legalmente fixada para o efeito pelo período correspondente à mora, nos termos do artigo 326.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, na sua redação atual;
4. Nos termos da legislação em vigor, o Adjudicatário deve remeter a(s) fatura(s) eletrónica(s), através da eSPap e por via do Portal FE-AP, para a Direção de Aquisições, sita na morada:
Direção de Aquisições, Av. Infante Santo, nº 49 – 2º, 1399-056 Lisboa.

Artigo 7.º

Cessão Financeira (Factoring)

1. Recai sobre o Adjudicatário a obrigação de:
 - a. Informar, o eventual futuro adquirente dos seus créditos, da existência desta cláusula, nos termos da qual é acordada a necessidade de prévio consentimento da Entidade Adjudicante para a cessão;
 - b. Solicitar consentimento prévio à Entidade Adjudicante sempre que pretenda celebrar um contrato de Cessão Financeira ou qualquer outro contrato de cessão dos créditos que lhe advenham em virtude da execução do presente contrato.
2. A solicitação do pedido de consentimento prévio deve referir, imperativamente, os seguintes pontos:
 - a. Identificar claramente qual o contrato celebrado com a Entidade Adjudicante, por via desta Direção de Aquisições, que ficará abrangido pelo contrato de Cessão Financeira (Factoring) ou qualquer outro contrato de cessão dos créditos que lhe advenham em virtude da execução do presente contrato;
 - b. Identificação da Entidade Financeira com quem se pretende celebrar o Contrato de Cessão Financeira ou qualquer outro contrato de cessão dos créditos que lhe advenham em virtude da execução do presente contrato;
 - c. Outra informação considerada pertinente e que deve vir explícita na solicitação.
3. A Entidade Adjudicante dispõe de 10 dias úteis, contados desde a data da receção da solicitação referida em 1., apresentada pelo Adjudicatário, para comunicar a esta a sua decisão por escrito. Findo o referido prazo, deve presumir-se o consentimento;
4. A Entidade Adjudicante só efetuará pagamentos à Entidade Financeira após verificada a situação contributiva e tributária, quer daquela, quer do Adjudicatário.



Artigo 8.º**Aceitação**

1. Se durante a realização da inspeção, quantitativa e qualitativa, se verificar a ocorrência de falhas ou deficiências por entre os bens entregues, as mesmas serão comunicadas ao Adjudicatário para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da referida notificação, proceder à regularização das irregularidades detetadas, sob pena de aplicação das sanções pecuniárias previstas nos termos deste Caderno de Encargos;
2. Nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 62/2013 de 10 de maio e do n.º 2 do artigo 299.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, na sua redação atual, o prazo máximo de duração do processo de aceitação ou verificação para determinar a conformidade dos bens ou dos serviços, não pode exceder os 30 dias a contar da data de receção ou prestação dos mesmos;
3. Após a realização da inspeção quantitativa e qualitativa, e verificada a conformidade do objeto do procedimento, cabe à Repartição de Controle de Qualidade do Gabinete do Comandante da Logística declarar a aceitação definitiva do objeto do procedimento fornecido, ficando registada a data da mesma;
4. Por aceitação definitiva deverá entender-se o ato final de aceitação efetuado pela Repartição de Controle de Qualidade do Gabinete do Comandante da Logística, através da emissão de ofício que considere encerrado o processo de aceitação do objeto do procedimento;
5. Nas situações previstas do artigo referente ao prazo de execução do presente Caderno de Encargos, para efeitos de aceitação, apenas serão considerados os bens entregues num intervalo não inferior a 30 dias desde a última entrega parcelar.

Artigo 9.º**Garantia e Assistência Técnica**

1. O Adjudicatário garantirá um Prazo de Validade das Rações de Combate nunca inferior a 24 (vinte e quatro) meses à data do fornecimento, sem qualquer encargo adicional para a Entidade Adjudicante;
2. Os prazos de validade e as condições de conservação deverão, no mínimo, obedecer aos requisitos previstos no STANAG 2937¹, conforme quadro apresentado abaixo:

Duração da armazenagem controlada a temperaturas $\leq 25^{\circ}\text{C}$ no momento de entrega à entidade	Tempo de vida útil restante a temperaturas até			
	$\leq 25^{\circ}\text{C}$ (~ 77 °F)	39 °C (~ 102 °F)	43 °C (~ 109 °F)	49 °C (~ 120 °F)
	(meses)			
0 meses	24	12	6	1
12 meses	12	6	3	1
18 meses	6	3	2	1

¹ NATO STANDARD, AMedP-1.11, Requirements of individual operational rations for militar use, Edition B Version 1, April 2019



3. O prazo de garantia referido no número anterior é iniciado na data da **Aceitação Definitiva**;
4. O Adjudicatário obriga-se, nos termos da lei, a prestar Assistência Técnica à Entidade Adjudicante, no âmbito do presente contrato, durante o período de vigência do mesmo.

Artigo 10.º

Compromisso ambiental. Medidas fitossanitárias

1. Durante a execução do contrato, o Adjudicatário pugnará pelas melhores práticas ambientais que estejam ao seu alcance, inerentes ao cumprimento da sua proposta, no estrito cumprimento da diversa legislação ambiental aplicável. À Entidade Adjudicante compete tomar as medidas necessárias para assegurar o cumprimento das obrigações em matéria de direito ambiental, tendo por base o Considerando 37 da Diretiva 2014/24/EU;
2. Pretende-se, considerando as normas e objetivos da União Europeia, uma contratação pública sustentável, alicerçada no acordo de vontades realizado entre a Entidade Adjudicante e os Adjudicatários, visando a concretização de ideais ambientalmente sustentáveis.

Artigo 11.º

Sigilo

O Adjudicatário garantirá o sigilo quanto a quaisquer informações relacionadas com a atividade da entidade adjudicante, ou outras, de que venha a ter conhecimento em consequência da execução do contrato.

Artigo 12.º

Proteção de dados pessoais

1. Os dados pessoais a que o Adjudicatário tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela Entidade Adjudicante, ao abrigo do Contrato, serão tratados em estrita observância das regras e normas da Entidade Adjudicante;
2. O Adjudicatário compromete-se, designadamente, a não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou por qualquer outra forma colocar à disposição de terceiros dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela Entidade Adjudicante, ao abrigo do Contrato, sem que para tal tenha sido expressamente instruído, por escrito, pela Entidade Adjudicante;
3. No caso em que o Adjudicatário seja autorizado pela Entidade Adjudicante a subcontratar outras entidades para a realização da sua prestação contratual, a mesmo será a única responsável pela escolha das empresas subcontratadas, bem como por toda a atuação destas, obrigando-se a garantir que as empresas subcontratadas cumprirão o disposto no Regulamento Geral de Proteção de Dados, devendo tal obrigação constar dos contratos escritos que o Adjudicatário celebre com outras entidades por si



subcontratadas;

4. O Adjudicatário obriga-se, em matéria de tratamento de dados pessoais, nomeadamente a:
 - a. Utilizar os dados pessoais a que tenha acesso durante a execução do Contrato, ou que lhe sejam transmitidos pela Entidade Adjudicante, única e exclusivamente para efeitos da realização das prestações compreendidas no objeto do Contrato;
 - b. Observar os termos e condições constantes dos instrumentos de legalização respeitantes aos dados tratados;
 - c. Manter os dados pessoais estritamente confidenciais, cumprindo e garantindo o cumprimento do dever de sigilo profissional relativamente aos mesmos;
 - d. Cumprir quaisquer regras relacionadas com o tratamento de dados pessoais a que a Entidade Adjudicante esteja vinculada, desde que tais regras lhe sejam previamente comunicadas;
 - e. Pôr em prática as medidas técnicas e de organização necessárias à proteção dos dados pessoais tratados por conta da Entidade Adjudicante contra a respetiva destruição, acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizado, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos;
 - f. Prestar à Entidade Adjudicante toda a colaboração de que esta careça para esclarecer qualquer questão relacionada com o tratamento de dados pessoais efetuados ao abrigo do contrato e manter a Entidade Adjudicante informada em relação ao tratamento de dados pessoais, obrigando-se a comunicar de imediato qualquer situação que possa afetar o tratamento dos dados em causa ou que de algum modo possa dar origem ao incumprimento das disposições legais em matéria de proteção de dados pessoais;
 - g. Assegurar que os seus colaboradores cumprem todas as obrigações previstas no contrato relativamente a esta matéria.
5. O Adjudicatário será responsável por qualquer prejuízo em que a Entidade Adjudicante venha a incorrer em consequência do tratamento, por parte da mesma e/ou dos seus colaboradores, de dados pessoais em violação das normas legais aplicáveis e/ou do disposto no contrato;
6. Para efeitos do disposto nos números anteriores, entende-se por “colaborador” toda e qualquer pessoa singular ou coletiva que preste serviços ao Adjudicatário, incluindo, designadamente, representantes legais, trabalhadores, prestadores de serviços, procuradores e consultores, independentemente da natureza e validade do vínculo jurídico estabelecido entre o Adjudicatário e o referido colaborador.

Artigo 13.º

Documentação

1. O Adjudicatário entregará à entidade adjudicante, aquando do fornecimento dos bens / serviços, catálogos e demais documentação relevante, relativa aos bens / serviços objeto do contrato, caso



existam;

2. A Entidade Adjudicante poderá, para seu uso exclusivo, proceder à reprodução de todos os documentos referidos no número anterior.

Artigo 14.º

Controlo e fiscalização

1. A Entidade Adjudicante reserva-se no direito de fiscalizar o cumprimento das condições contratuais;
2. O Adjudicatário obriga-se a prestar todo o tipo de dados referentes ao fornecimento objeto do presente contrato, sempre que sejam solicitados pela Entidade Adjudicante

Artigo 15.º

Sanções

1. Se o Adjudicatário não cumprir os prazos estipulados para a entrega dos bens ou na prestação do serviço, ou na situação prevista no n.º 3 do artigo relativo à Aceitação do presente Caderno de Encargos, compete ao Órgão Competente para a Decisão de Contratar proceder de acordo com as seguintes modalidades:
 - a. Resolução do contrato a título sancionatório, nas situações previstas no n.º 1 do artigo 333.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, na sua redação atual;
 - b. Mantendo-se o interesse na entrega dos bens ou na prestação do serviço, o Órgão Competente para a Decisão de Contratar notifica o Adjudicatário da situação de incumprimento nos termos do n.º 1 do artigo 325.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, na sua redação atual, estabelecendo para o efeito um prazo razoável para a sua execução.
2. Caso se opte pela manutenção do contrato, conforme previsto na alínea b. do número anterior, e o Adjudicatário mantenha o incumprimento contratual dentro do prazo razoável, o Órgão Competente para a Decisão de Contratar procederá de uma das seguintes formas:
 - a. Resolução do contrato a título sancionatório, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 333.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, na sua redação atual;
 - b. Notificação da aplicação das sanções previstas no n.º 2 do artigo 329.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, na sua redação atual, através da seguinte fórmula:
 - **1% do Preço Contratual não sujeito a IVA por cada dia de atraso**
3. Mantendo-se a situação de incumprimento, o Adjudicatário será notificado da resolução do contrato, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 333.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei



n.º 18/2008 de 29 de janeiro, na sua redação atual, assim bem como das sanções a liquidar;

4. A não apresentação dos **Protótipos** nos prazos definidos no n.º 1 e no n.º 2 do artigo 26.º do presente Caderno de Encargos, implicará a aplicação de uma sanção no valor, não sujeito a IVA, de 1% do Preço Contratual por cada dia de atraso.

Artigo 16.º

Casos fortuitos ou de força maior

1. Nenhuma das partes incorrerá em responsabilidade se por caso fortuito ou de força maior, for impedido de cumprir as obrigações assumidas no contrato;
2. Entende-se, por caso fortuito ou de força maior, qualquer situação ou acontecimento imprevisível e excecional, independente da vontade das partes, e que não derive da falta ou negligência de qualquer delas;
3. A parte que invocar casos fortuitos ou de força maior deverá comunicar e justificar tais situações à contraparte, bem como informar do prazo previsível para o restabelecimento da normal execução contratual.

Artigo 17.º

Gestor do Contrato

1. Nos termos do artigo 290.º - A do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, na sua redação atual, aquando da outorga do contrato, será incluído no clausulado do mesmo a designação do Gestor do Contrato efetivo e suplente nomeados pela Entidade Adjudicante;
2. Nas situações em que o contrato não seja reduzido a escrito, o gestor do contrato será indicado no Pedido de Compra;
3. Em caso de alteração do Gestor do Contrato, o novo será comunicado através de correio eletrónico, assumindo funções a partir da data de envio dessa comunicação.

Artigo 18.º

Patentes, licenças e marcas registadas

1. São da responsabilidade do Adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da utilização, no fornecimento, de marcas registadas, patentes, licenças ou outros direitos de propriedade industrial;
2. Caso a Entidade Adjudicante venha a ser demandada por ter infringido, na execução do contrato, qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o Adjudicatário indemniza-o de todas as despesas que, em consequência, aquele efetue e lhe sejam imputadas.



Artigo 19.º**Outros encargos**

Todas as despesas derivadas da prestação de cauções, do eventual pagamento de emolumentos ao Tribunal de Contas, bem como de demais despesas não previstas e relativas à execução do presente contrato, são da responsabilidade do Adjudicatário.

Artigo 20.º**Comunicações e Notificações**

1. No que concerne às notificações e comunicações entre as partes, e nos termos previstos no presente Caderno de Encargos, estas são efetuadas através da Plataforma Eletrónica de Contratação Pública (PECP);
2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, as notificações e comunicações podem também ser efetuadas através de correio eletrónico ou de outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados, nos termos do disposto nos artigos 467.º a 469.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, na sua redação atual.

Artigo 21.º**Resolução do contrato**

1. O incumprimento, reiterado ou definitivo, por qualquer das partes, dos deveres resultantes do contrato confere, nos termos gerais de direito, à outra parte, o direito de o resolver, sem prejuízo das correspondentes indemnizações legais exigíveis;
2. A resolução não prejudica quaisquer ações de responsabilidade civil por factos verificados durante o período de vigência do contrato, devendo a intenção de resolução ser comunicada com a antecedência mínima de 30 dias.

Artigo 22.º**Foro competente**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

Artigo 23.º**Legislação aplicável**

Em tudo o não disposto no presente Caderno de Encargos, aplicam-se subsidiariamente as disposições do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, na sua redação atual, bem como quaisquer outras disposições legislativas e regulamentares aplicáveis.



PARTE II
Cláusulas Técnicas

Artigo 24.º

Especificações Técnicas

As **Especificações Técnicas (ET) nº RAÇÃO DE COMBATE PARA 24 HORAS** fazem parte integrante deste Caderno de Encargos, constando do **Anexo A**, particularmente:

Lote	ET
1	8970_01 FEV25 - Ração Combate - Ementa 1
2	8970_02 FEV25 - Ração Combate - Ementa 2
3	8970_03 FEV25 - Ração Combate - Ementa 3
4	8970_04 FEV25 - Ração Combate - Ementa 4
5	8970_05 FEV25 - Ração Combate - Ementa 5
6	8970_06 FEV25 - Ração Combate - Ementa 6

Artigo 25.º

Mapa de Quantidades

Lote	NNA	Artigo	Qtd
1	8970332160796	RACAO INDIVIDUAL COMBATE 24H EMENTA 1	4 700
2	8970332160794	RACAO INDIVIDUAL COMBATE 24H EMENTA 2	4 700
3	8970332160797	RACAO INDIVIDUAL COMBATE 24H EMENTA 3	4 700
4	8970332160799	RACAO INDIVIDUAL COMBATE 24H EMENTA 4	4 700
5	8970MD0434038	RACAO INDIVIDUAL COMBATE 24H EMENTA 5	600
6	8970MD0434043	RACAO INDIVIDUAL COMBATE 24H EMENTA 6	600

Artigo 26.º

Acompanhamento de Fabrico e Protótipo Final

- Nos termos do disposto no artigo 442.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29, de janeiro, na sua redação atual, a Entidade Adjudicante reserva-se no direito acompanhar o processo de fabrico do objeto do presente contrato, nas instalações do fabricante ou dos fabricantes dos mesmos, com a finalidade de validar se cumpre os requisitos exigidos na Especificação Técnica;
- Quando o Adjudicatário não seja o fabricante dos bens, aquele tem a obrigação de assegurar o acesso e o desenvolvimento dos trabalhos das missões de acompanhamento nas instalações do fabricante;



3. No prazo de quinze dias contínuos após o envio do Pedido de Compra, o Adjudicatário deverá entregar **um Protótipo da Ração de Combate para cada ementa**, conforme consta na tabela que integra o Mapa de Quantidades do presente Caderno de Encargos, a fim de se confirmar se está de acordo com a correspondente Especificação Técnica;
4. Os **Protótipos** a apresentar estarão sujeitos a aprovação por parte da Entidade Adjudicante, sendo que a não conformidade de algum dos **itens** com os requisitos definidos na Especificação Técnica respetiva implicará a não aceitação do mesmo, devendo o Adjudicatário apresentar no prazo de 10 (dez) dias corridos, um novo **Protótipo** que cumpra todos os requisitos constantes do presente Caderno de Encargos;
5. Os **Protótipos** serão entregues na DIREÇÃO DE AQUISIÇÕES, Av. Infante Santo, n.º 49, 2.º Piso, 1399-056 Lisboa, das 10H00 às 12H00 e das 14H30 às 16H00, em embalagem fechada, em cujo rosto constará a indicação do código do procedimento e o lote a que se refere e a identificação do concorrente, acompanhado pelo Modelo 004 - comprovativo de entrega (disponível em <https://drive.google.com/open?id=1NbFbJMNP89HvkvhNSHI-YXk8zXSaC1II>). Aqueles serão **analisados** no prazo de cinco dias úteis, após o que será comunicado ao Adjudicatário se estão, ou não, de acordo com a correspondente Especificação Técnica;
6. Caso a entrega dos Protótipos ocorra fora do horário de serviço (17h – 09h) ou em dias não úteis (nacionais), recomenda-se contacto prévio, preferencialmente, para o Vigilante de Serviço (913 255 926). Em caso de impossibilidade de contactar o elemento atrás referido, solicita-se que seja contactado o Graduado de Dia (916 096 703);
7. Os **Protótipos** ficarão na pertença da Direção de Reabastecimento e Transportes e ficarão à guarda desta até à entrega e aceitação definitiva de todo o fornecimento, podendo os mesmos ser destruídos no âmbito de testes ou análises que, entretanto, se considerem necessários efetuar;
8. O prazo para a execução e entrega dos **Protótipos** decorre concomitantemente com o prazo de execução indicado no nº 1 do artigo 3.º do presente Caderno de Encargos;
9. O desempenho das funções da missão de acompanhamento não exime o Adjudicatário de responsabilidade por quaisquer defeitos do objeto do presente contrato ou não conformidade destes com as características, especificações e requisitos estabelecidos no contrato.



Direção de Aquisições em Lisboa, 17 de fevereiro de 2025

CHEFE DA DIVISÃO DE CONCURSOS E CONTRATOS

(Original assinado e arquivado no processo)

DOMINGOS MANUEL LAMEIRA LOPES
CORONEL DE ADMINISTRAÇÃO MILITAR

Anexo:

- A** – 8970_01 FEV25 - Ração Combate Ementa 1
- 8970_02 FEV25 - Ração Combate Ementa 2
- 8970_03 FEV25 - Ração Combate Ementa 3
- 8970_04 FEV25 - Ração Combate Ementa 4
- 8970_05 FEV25 - Ração Combate Ementa 5
- 8970_06 FEV25 - Ração Combate Ementa 6

